

📅 07 > 08 MARÇO 2024

📍 **PALÁCIO FRONTEIRA**

# MORADAS DE NOBREZA EM PORTUGAL MEDIEVAL E MODERNO

# Congresso “Moradas de Nobreza no Portugal Medieval e Moderno”

7-8 de março de 2024

Palácio Fronteira, Lisboa

## LIVRO DE RESUMOS

**7 de março de 2024**

### **10h00 – O surgimento da antecâmara nos paços tardo-medievais portugueses**

Luísa Trindade (Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra)

A comunicação proposta foca uma "peça" específica do paço tardo-medieval português: a antecâmara. Matéria que, ao contrário do que possa parecer, não constitui um microtema, sendo a sua pertinência inversamente proporcional à modéstia das suas características mais evidentes, aquelas que (quase só) integrariam uma apreciação superficial: uma dependência desprovida de função claramente identificada, sem especificidades formais ou mobiliário definido e, inclusivamente, como o próprio nome revela, subalterna de uma outra, a câmara.

A antecâmara significa muito mais do que tudo isso. Política, social e culturalmente. A sua "invenção", no século XIV, responde a novas exigências resultantes da evolução das práticas de exercício do poder, da sociabilidade cortesã e da própria conceção da figura régia.

De forma transversal a toda a Europa, cortes e casas reais sofrem um processo de acelerado engrandecimento: aumenta o séquito, multiplica-se e especializa-se o funcionalismo régio, intensifica-se o aparato cerimonial. Subjacente a tudo isso, um objetivo central: a regulamentação precisa do acesso ao monarca. Resguarda-se o rei, vincando-se a hierarquização da corte, distinguindo o círculo restrito dos "íntimos", que partilham do quotidiano do monarca, daqueles a quem esse privilégio é liminarmente vedado. Codifica-se em textos normativos quando, onde e como se vê. Ao rei exibido contrapõe-se o rei oculto.

A antecâmara constitui-se como o espaço por excelência desse processo seletivo. Constitui, pelo seu papel de filtro, uma chave de leitura para questões de hierarquia, relações de poder, ritual e etiqueta, práticas e conceitos de representação.

Nas últimas duas décadas, a historiografia internacional, sobretudo inglesa e francesa, tem dedicado uma atenção especial a este tema, sendo hoje possível reunir dezenas de textos sobre o surgimento, difusão e significado deste dispositivo no desenho dos palácios régios, mas também, em função da sua rápida propagação, na habitação nobre em geral.

O mesmo não se verifica para o caso português onde, paradoxalmente, a sua existência é certificada por mão de um monarca, em testemunho direto: o de D. Duarte, no Leal Conselheiro. É em resposta a este desafio preciso que surge a investigação desenvolvida e que agora se apresenta. Ancorada na mais recente e especializada bibliografia internacional e privilegiando uma análise comparativa, permite debater com segurança a questão da entrada da antecâmara na orgânica dos paços reais portugueses em torno da primeira década do reinado de D. João I, propondo influxos culturais, modelos de inspiração diretos bem como as eventuais vias de introdução.

**Palavras-chave:** Paço, antecâmara, protocolo, nobreza, Portugal

**Nota biográfica:** Luísa Trindade é Professora Associada com agregação na Secção de História da Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura (UC) e colaboradora do Instituto de Estudos Medievais (NOVA). Entre os temas a que se tem dedicado destaca-se o urbanismo medieval português, estrutura urbana, equipamentos e funções, com destaque para o espaço habitacional, da casa corrente ao paço régio. Os processos de mediação na divulgação do património cultural, potenciando a sua valorização pela interpretação, têm estado sempre presentes na sua atuação profissional através de projetos, publicações e exposições.

### **10h20 – Paços mestrais nos conventos das ordens militares: o exercício de um poder nos séculos XV e XVI**

Joana Lencart (CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto)

Os administradores das Ordens Militares portuguesas, nos séculos XV e XVI, eram membros da família real, tradição iniciada ainda no século XIV com o infante D. João filho do rei D. Pedro, que se tornou mestre de Avis. No caso da Ordem de Cristo, e a partir de D. Manuel (1495), o administrador da instituição era o próprio rei. Enquanto lugar de morada de reis e infantes, os paços mestrais nas sedes conventuais das Ordens Militares, nomeadamente em Tomar, Leça/ Crato, Palmela e Avis, eram reflexo do exercício de um poder particular.

A dupla finalidade subjacente à criação das Ordens Militares – religiosa e guerreira – implicou que os seus mestres e governadores assumissem funções particularmente temporais, ficando as espirituais a cargo de um prior. Os seus membros dividiam-se em freires clérigos e freires cavaleiros, assegurando estes últimos também a administração das comendas.

A partir de D. João I, os administradores das Ordens Militares são os filhos do monarca. Enquanto governadores de uma Ordem Militar, os infantes tinham funções militares específicas e de gestão patrimonial, não apenas do convento, mas também das igrejas, comendas e demais património da instituição. Nas sedes conventuais, os infantes-governadores instalaram os seus paços adaptando-os às comodidades das suas funções e espelhando a sua posição social. Tomemos como exemplo os paços do convento de Tomar, lembrando que aí residiu o infante D. Henrique, impulsor das descobertas e navegações, a cerimónia de tomada de posse de D. João III enquanto

administrador da Ordem e as Cortes de 1581, que elegeram Filipe II como rei de Portugal.

Através dos seus paços nas sedes conventuais, os administradores das Ordens Militares souberam exercer um poder não apenas sobre os seus freires, mas em estreita relação com a coroa e com a complexa rede de relações nacionais e internacionais traduzindo-se com frequência em conflitos obrigando à intervenção pontifícia para a sua resolução.

**Palavras-chave:** Ordens Militares; infantes-governadores; paços mestrais; convento de Tomar; séculos XV e XVI

**Nota biográfica:** Doutora em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (2018), com uma tese sobre arquivos e memória da Ordem de Cristo no século XVI. Investigadora contratada do CITCEM (FLUP). Autora e coautora de livros e artigos científicos em revistas nacionais e internacionais e colaboradora em projetos de investigação nacionais e internacionais. Áreas de investigação: História medieval; Ordens Religioso-Militares (Ordem do Templo e Ordem de Cristo); cartulários; história custodial. Membro da Society for the Study of the Crusade and the Latin East, da Sociedad Española de Estudios Medievales (SEEM) e da Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais (SPEM).

#### **10h40 – Arquitectura e poder: o paço dos Barretos em Loulé**

Luís Filipe Oliveira (IEM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa – Universidade do Algarve)

Em Janeiro de 1462, o monarca autorizava Gonçalo Nunes Barreto a construir umas casas num chão que este possuía no interior da cerca de Loulé, sito junto da fonte e da muralha. A existência destas casas era conhecida, mas estas eram situadas por vezes no arrabalde, ou apenas junto ao muro e à fonte. Uma recente intervenção arqueológica, com acompanhamento de outros especialistas, permitiu verificar que elas correspondiam ao conjunto arquitectónico erguido sobre os restos dos antigos banhos de Loulé e que este era, por acréscimo, um conjunto singular, com características monumentais, sem paralelo na arquitetura urbana da região. Tratava-se, na verdade, de um paço senhorial, de uma morada de casas nobres, construída em redor de um pátio murado, de traça quadrada, delimitado a sul e a norte por colunatas simétricas, com arcos ogivais e capitéis decorados. Recuperar a história deste paço e do impacto da sua arquitectura na vila constitui o objectivo da presente comunicação.

**Nota biográfica:** Luís Filipe Oliveira é Professor Associado da Universidade do Algarve e investigador integrado do Instituto de Estudos Medievais da F.C.S.H da Universidade Nova de Lisboa. É o actual director da *Medievalista*, a revista em linha do IEM, cujo Conselho de Redacção integra desde 2007. Faz ainda parte do Conselho Científico das revistas *E-Strategica*, da Associação Ibérica de História Militar, *Estudios Medievales Hispánicos*, da Universidade Autónoma de Madrid, e *Alcanate: Revista de estudios Alfonsíes*, da Universidade de Sevilha. Tem diversos trabalhos publicados sobre as

Ordens Militares e os discursos de legitimação da guerra, assim como sobre o Algarve Medieval.

### **11h20 - A quinta de Lourosa de Campos e a sua torre senhorial (sécs. XIII-XIV)**

Luís Miguel Rêpas (CHSC, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra)

A torre medieval de Lourosa de Campos, conhecida localmente como “Torre dos Mouros”, encerra um pragmatismo próprio de um edifício de características militares, construído num período de paz, em que o poder simbólico se sobrepõe ao militar, e a torre se assume, sobretudo, como a imagem do poder senhorial. Encontra-se localizada na quinta de Lourosa de Campos (na União de Freguesias de Arouca e Burgo, do concelho de Arouca), a qual constitui o epicentro de um prolongado conflito entre vários senhores, laicos e eclesiásticos, que remonta ao século XIII e que deixou um longo e interessante rasto de fontes documentais praticamente inéditas e completamente inexploradas.

É nesse conjunto documental (bastante disperso, conservando-se em arquivos públicos e particulares) que se apoia este trabalho, reconstituindo, de forma detalhada, a história da quinta de Lourosa de Campos e os interesses que nela convergiram, nos séculos XIII e XIV, o que permitirá contextualizar a análise material da torre que aí foi construída e que ainda hoje domina a paisagem circundante. Edificada no couto de Arouca, cuja jurisdição pertencia à abadessa do mosteiro cisterciense aí instalado, mas encontrando-se na posse ora de linhagens com forte implantação regional, ora do mosteiro beneditino de Paço de Sousa, torna-se um excelente caso de estudo para se compreender a sobreposição de poderes na Idade Média, o confronto de forças entre estes poderes e, inclusivamente, a importância dos mecanismos judiciais e do poder régio (nomeadamente através das inquirições, mas não só) para garantir a justiça face aos abusos dos senhores nobres, ávidos por fazer aumentar os seus poderes e os seus rendimentos.

**Palavras-chave:** torre medieval, linhagens, poder senhorial, conflito de poderes, justiça

**Nota biográfica:** Luís Miguel Rêpas é doutorado em História Medieval pela Universidade de Coimbra, tendo a sua tese sido distinguida com o “Prémio A. de Almeida Fernandes”. Da sua produção, destaca-se, ainda a sua dissertação de mestrado, intitulada *Quando a Nobreza Traja de Branco. A comunidade cisterciense de Arouca durante o abadessado de D. Luca Rodrigues (1286-1299)*, que foi publicada em 2003. Atualmente, é Professor Auxiliar Convidado na FLUC (onde leciona várias disciplinas de História Medieval) e é investigador do Projeto *Livros, rituais e espaço num mosteiro cisterciense feminino...*, financiado pela FCT. É Investigador do CHSC (UC) e colaborador no IEM (NOVA/FCSH).

### **11h40 – A distribuição espacial do paço de Sintra e o contributo da história social para refutar velhos mitos**

Bruno A. Martinho (Parques de Sintra | Palácio Nacional de Sintra; CHAM – Centro de Humanidades)

A historiografia sobre o Paço de Sintra quase que pode resumir-se aos contributos imprescindíveis do Conde de Sabugosa (1903), de Francisco Costa (1980) e José Custódio Vieira da Silva (1995). A estes investigadores devemos o conhecimento sobre as intervenções dos reis de Avis, sobre a função de algumas das salas mais esplendorosas, sobre a lógica distributiva de alguns dos espaços e sobre muitos dos eventos que ocorreram neste emblemático complexo palatino. No entanto, muitos dos argumentos apresentados, e que têm sido aceites como conclusões seguras, apresentam diversas fragilidades que a investigação que temos vindo a coordenar desde 2018 vem revelando. Com efeito, ao optar por uma abordagem de história social e ao adotar uma perspetiva teórica focada nas práticas de todos os indivíduos que habitaram, trabalharam ou passaram pelo Paço, não só é possível contestar algumas dessas conclusões como é possível, pela primeira vez, explicar espaços e unidades arquitetónicas que têm sido ignorados pela historiografia.

Partindo de uma visão do palácio como máquina que serve, simultaneamente, as necessidades do domínio senhorial sobre o território de Sintra e da corte dos reis de Portugal, esta comunicação tem dois objetivos principais. Primeiramente, demonstrar que, ao contrário do que já foi afirmado, a distribuição espacial do Paço de Sintra não é nem aleatória nem herdeira de qualquer lógica islâmica, mas sim perfeitamente estruturada de acordo com as necessidades concretas de uma típica corte europeia do período tardo-medieval. Em segundo lugar, é sublinhada a necessidade de abordarmos o paço como fruto de intervenções contínuas ao longo de 1.000 anos, recusando, portanto, a lógica das três etapas que a historiografia consolidou (D. Dinis, D. João I e D. Manuel). É esta perspetiva que conduziu a três novas conclusões que serão, pela primeira vez, apresentadas à comunidade científica: 1) a rejeição de uma suposta intervenção de D. Dinis em favor de uma ação construtiva no tempo de D. Afonso III; 2) a relativização da intervenção de D. Manuel, demonstrando que parte da ala dita 'Manuelina' já estava construída nas primeiras décadas do século XV; e 3) a valorização do papel de D. João III, visto até agora como superficial, demonstrando a sua ação na construção da única galeria renascentista palatina que se conhece em Portugal.

**Palavras-chave:** paço; corte; história social; aposentos; galeria.

**Nota biográfica:** Bruno A Martinho é conservador no Palácio Nacional de Sintra, onde é responsável pela implementação de uma nova museografia e onde coordena projetos de investigação sobre a história do paço.

Doutorou-se em 2018 no Instituto Universitário Europeu, em Florença, com uma tese sobre o consumo de objetos não-europeus na Península Ibérica durante a segunda metade do século XVI. Antes disso, concluiu um mestrado em Museologia pela University College London (2007) e um segundo mestrado em História da Arte pela Universidade Nova de Lisboa (2010). A licenciatura fê-la em História na Universidade de Lisboa (2006), Foi também conservador no Palácio Nacional da Pena entre 2010 e 2014.

## **12h00 – A casa forte alentejana na transição da época medieval para a época moderna**

Margarida Contreiras (IEM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

A casa forte, *domus fortis* ou *fortalitium*, nas suas dimensões doméstica, militar e simbólica, constitui uma ferramenta de apropriação territorial com bastante expressão na Nobreza da Idade Média. Em Portugal, sendo a região do Entre Douro e Minho nobre e medieval a sua principal zona de incidência, vamos encontrá-la também no Alentejo, acompanhando uma fase de transição para a Época Moderna. Este movimento espaço-temporal é um forte testemunho das transformações e variações ocorridas na esfera da Nobreza, e das relações de poder de finais do século XV e inícios do século XVI. Nesta exposição, apresentamos uma breve caracterização da casa forte portuguesa e a sua evolução nos territórios meridionais através da análise de alguns exemplares existentes nos atuais concelhos de Évora, Montemor-o-Novo, Mora, Reguengos de Monsaraz, Monforte, Vila Viçosa e Portalegre, para, finalmente, traçar o perfil da casa forte alentejana de acordo com o seu contexto histórico, especificidades arquitetónicas e gostos artísticos, atestadores de uma nova mensagem de prestígio. Este trabalho representa também um registo fotográfico das casas fortes alentejanas estudadas, procurando mostrar a continuidade da sua força representativa e a problemática da sua preservação.

**Palavras-chave:** casa forte, Alentejo, residência aristocrática, poder territorial, manuelino.

**Nota biográfica:** Natural do concelho do Seixal, é guia de turismo freelancer, gere o departamento de Passeios ao Alentejo na empresa de revitalização patrimonial Spira, e trabalha em transcrições paleográficas. Terminou em 2013 um mestrado em História da Arte com um estágio no Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (IRHU), onde inventariou vários castelos e casas fortes alentejanas, e em 2019, defendeu a dissertação de mestrado em História Medieval, acerca das casas fortes alentejanas no final da Idade Média e o seu papel histórico-político na transição para a Idade Moderna.

## **14h30 – As «cazas nobilíssimas» quinhentistas que estiveram na origem de alguns dos palácios emblemáticos de Lisboa**

Rui Manuel Mesquita Mendes (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa)

Alguns palácios emblemáticos de Lisboa e arredores mais próximos têm sido objeto de estudo pela sua importância histórica e artística. Contudo, devido aos danos causados pelo Terramoto de 1755, poucos são aqueles que ainda apresentam características seiscentistas ou da primeira metade do setecentos. Ainda mais raros são aqueles que conservam elementos anteriores, de origem quinhentista ou mais

antiga. Todavia, os exemplares remanescentes não estão totalmente desprovidos de registos mais antigos, mas a sua identificação e datação exige um estudo mais aprofundado das suas origens históricas.

A evolução da toponímia local e a transição de proprietários de diversas famílias ao longo dos séculos, assim como a existência de propriedades com a mesma designação, tornam por vezes complexa e até incerta a identificação das suas origens. Em regra, os arquivos familiares são o recurso mais imediato para os investigadores, mas aqueles também têm limitações e lacunas. Outros recursos incluem fontes alternativas menos conhecidas, como documentos relacionados com a fundação e subrogação de bens de morgadios, a licenças de ermidas e oratórios ou os emprazamentos primordiais e subsequentes reconhecimentos. Essas fontes têm sido úteis para reconstituir parcialmente a história das propriedades aristocráticas em Lisboa antes de 1755. O estudo do seu trato sucessivo não tem apenas interesse histórico, mas também fornece informações sobre as residências nobres em épocas mais recuadas (séculos XVI e XVII) e pistas sobre suas origens e fundadores.

Nesta comunicação, apresentaremos uma resenha das origens quinhentistas de vários palácios cuja história temos estudado nos últimos anos no âmbito da nossa actividade académica e profissional, como os Palácios do Cunhal das Bolas e dos Condes de Soure (no Bairro Alto), os Palácios Mesquitela e São Lourenço (a Santa Catarina), ou os Palácios dos Condes de São Vicente e Pancas-Palha (a Santa Apolónia), este último descrito já no século XVI (1569) como umas «cazas nobilíssimas de muitas e mui notáveis benfeitorias», cujo oratório teve licença em 1573.

Daremos igualmente conta de notas menos conhecidas da origem de outros palácios mais emblemáticos, como os Palácios Távora-Galveias (Campo Pequeno) e de Palhavã (São Sebastião da Pedreira), cujas ermidas tiveram licença em 1644 e 1646, ou o Palácio Fronteira (São Domingos de Benfica), antiga Quinta dos Loureiros, com a sua ermida de origem quinhentista (1584) e «quinta somente de regalo em rezaõ de constar de cazas nobilíssimas e imperfeitas, e o serco (...) com muntas fontes de agoa nativa ».

**Palavras-chave:** Palácios de Lisboa – Capelas privadas – Prazos e Morgados – Época moderna (séculos XVI, XVII e XVIII)

**Nota biográfica:** Rui Manuel Mesquita Mendes, investigador colaborador do ARTIS – Instituto de História de Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (IHA-FLUL), com pós-graduação em História Moderna (FCSH-UNL, 2022), licenciado em História (FL-UL, 2015) e em Engenharia de Produção Industrial (FCT-UNL, 1998). Como investigador independente, tem mais de 15 anos de investigação em arquivos, onde identificou e recolheu um largo acervo de fontes sobre a história e património da cidade de Lisboa e da região da Grande Estremadura – em particular sobre a sua arquitectura religiosa (igrejas e capelas) e civil (quintas e casas nobres) –, além de diversos contributos inéditos para a história da arte e sociedade portuguesa.

**14h50 – Os palácios urbanos de Lisboa ditos seiscentistas: crítica de uma “cronologia”**

Ana Rita Gonçalves (CiTUA, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa)



O palácio urbano tradicionalmente chamado “seiscentista” – que é, provavelmente, a mais característica morada de nobreza da cidade de Lisboa no período moderno e, certamente, no período anterior à difusão do barroco joanino – foi, durante muito tempo, menosprezado pela historiografia da arquitetura portuguesa. Genericamente apelidados de “casarões”, estes edifícios de aspeto chão, que apresentam fachadas regradas, enquadradas por cunhais em cantaria, em que o andar nobre é evidenciado por janelas de sacada com as molduras frequentemente encimadas por cornija, pontuam, ainda hoje, as zonas mais antigas da cidade.

Mas o desinteresse a que foram votados, para além de ter consequências reais para a sua preservação, já que a maior parte deles foram muito alterados e vários já desapareceram, fez com que permanecessem envoltos em dúvidas e incertezas. Nomeadamente, no que respeita à delimitação do intervalo de tempo em que foram construídos, ou, mais concretamente, em que foram alvo das obras que lhes deram aquela imagem exterior uniformizada que perdurou até aos nossos dias.

Algumas investigações recentes apontam para intervenções que se situam entre os últimos anos do século XVII e os primeiros do século XVIII, presumivelmente associadas a uma vontade das famílias nobres de tornar mais dignas as casas que já possuíam na capital, na sequência da fixação da corte em Lisboa, após a Guerra da Restauração. Assim, ao invés de corresponderem a um fenómeno dilatado no tempo, ao longo de todo o século XVII, como se poderia deduzir pela designação “palácios seiscentistas”, parecem corresponder a um fenómeno mais concentrado e mais tardio.

A comunicação proposta pretende dar a conhecer um trabalho de investigação em curso sobre os palácios urbanos de Lisboa que foram construídos, ou tiveram grandes obras de remodelação, na transição do século XVII para o século XVIII e, nesse sentido, dar um contributo para o esclarecimento da cronologia da sua construção.

Palavras-chave: Lisboa / Palácio urbano “seiscentista” / Grandes remodelações / Arquitetura pré-joanina / Cronologia

**Nota biográfica:** Ana Rita Gonçalves é doutoranda em Arquitetura no Instituto Superior Técnico - UL, com uma Bolsa da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref. SFRH/BD/06346/2020). A sua investigação incide sobre as casas urbanas da nobreza de corte, em Lisboa, entre meados do século XVII e o primeiro quartel do século XVIII. Em 2011, concluiu o Mestrado Integrado em Arquitetura (IST-UTL) com uma dissertação sobre habitação corrente plurifamiliar na Lisboa do Antigo Regime. Entre 2012 e 2019, trabalhou em ateliers de arquitetura em Portugal e estagiou em Milão ao abrigo do programa de estágios internacionais INOV Contacto.

### **15h10 – Protótipos europeus de escadarias de aparato na arquitetura portuguesa**

João Simões (ARTIS, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa)

A escadaria de aparato é uma estrutura arquitetónica autónoma construída num edifício representativo de uma coroa real, casa aristocrática ou ordem eclesiástica. A sua função prática era fazer a ligação direta entre o vestíbulo de entrada e os salões nobres do piso superior. Nuns casos, o projeto arquitetónico contemplava desde a sua

origem este equipamento, mas noutros a escadaria foi posteriormente implantada num edifício pré-existente, implicando isso avultadas demolições, o que demonstra a sua importância conceptual. Rapidamente, a escadaria de aparato ganhou uma dimensão simbólica e de representação do seu proprietário, instituição ou funcionalidade. O seu aparecimento ocorreu no último quartel do século XV em Castela, sendo apropriada pela monarquia hispânica de Filipe II nos diversos palácios reais. Daqui disseminou-se para os palácios das famílias mais influentes da república de Génova e, depois, para toda a Itália onde assumiu um papel de representação dos diversos estados emergentes. Na França, havia uma tradição própria que remontava à Idade Média. E na Alemanha, desenvolveram-se composições mais elaboradas com ambientes cénicos conseguidos pela associação das artes decorativas, como o estuque e a pintura.

É assim possível identificar cada um dos protótipos de escadarias de aparato na arquitetura europeia, reconstruir historicamente a forma como surgiram e foram divulgados e, por fim, observar o seu impacto no contexto nacional, nomeadamente nos palácios e nos conventos. A arquitetura portuguesa revelou-se bastante informada relativamente às novidades europeias.

Este alinhamento terá decorrido não tanto pela leitura dos tratados em circulação, mas principalmente pela observação *in loco* das obras paradigmáticas mais importantes no seu tempo e pela divulgação dos seus valores e composições através de canais culturais associados aos meios diplomáticos, eclesiásticos e aristocráticos.

**Nota biográfica:** João Miguel Ferreira Antunes Simões é doutorado em História de Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde apresentou a tese *Escadarias de Aparato na Corte de Lisboa no século XVIII: manifestações de poder e riqueza no Antigo Regime. O Caso do Real Edifício de Mafra*. Foi entre 2000 e 2003 historiador da Câmara Municipal de Borba. Entre 2003 e 2018, colaborou com diversos municípios e gabinetes de projeto no Alentejo, Algarve e Lisboa. É desde 2008 técnico superior do Museu de São Roque, onde estuda o acervo artístico e arquitetónico da Misericórdia de Lisboa.

### **15h50 – Uma arquitectura apagada: o palácio dos Castelo Branco ao Limoeiro**

Fábio Miguel Duarte (Projecto VINCULUM)

Da secular morada dos Castelo Branco, Senhores e Condes de Vila Nova de Portimão, localizada no Limoeiro, junto à igreja de S. Martinho, em Lisboa, não restaram quaisquer traços ou vestígios que possam informar os passantes ou os estudiosos de que naquele local, junto à famosa cadeia, se erguia uma residência aristocrática. O tempo apagou com eficácia a sua fisionomia da malha urbana. Mesmo a igreja que lhe estava adjunta - panteão daquela família desde os finais do século XV -, também sofreu o mesmo destino, sendo derrubada na primeira metade do século XIX, após a sua estrutura ter sofrido graves danos com o terramoto de 1755.

As histórias dos Castelo Branco e deste palácio estão intimamente ligadas. Antiga morada da família Valente desde o século XIV, a casa acolheu as gerações dos descendentes de D. Gonçalo Vaz de Castelo Branco, I Senhor de Vila Nova, e de D.

Beatriz Valente, os quais se notabilizaram no serviço à Coroa, tanto na guerra como aos bufetes da administração régia. Após a extinção de um ramo da linhagem, com a morte de D. Gregório de Castelo Branco, III Conde de Vila Nova, em 1666, a importância do palácio do Limoeiro terá decaído. A partir dessa data e pelos séculos que se seguiram, os detentores do título passaram a residir no palácio de Santos, onde está sediada a embaixada francesa em Lisboa.

Não sendo possível acercarmo-nos das suas paredes, tentaremos, através do recurso à vasta documentação encontrada no arquivo de família da Casa de Abrantes, herdeira de grande parte do cartório dos Castelo Branco, construir uma imagem deste palácio desaparecido, procurando nos testamentos, inventários, pleitos e testemunhos de visitantes pistas para conhecermos melhor os Senhores de Vila Nova, o espaço em que as suas vidas e as dos seus criados se desenrolaram, os seus gostos artísticos e culturais.

**Palavras-chave:** Casa Senhorial; Arquivos de família; inventários; Condes de Vila Nova de Portimão; Palácio do Limoeiro

**Nota biográfica:** Fábio Duarte é mestre em História Moderna pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. A sua tese de mestrado, intitulada *Herdar, Legar e Registrar: o arquivo e o Tombo do Cartório da Casa de Vila Nova de Portimão*, teve como propósito estudar um inventário do arquivo dos Senhores de Vila Nova, assim como o percurso de ascendência social da família e a sua relação com a corte portuguesa. É, actualmente, investigador contratado no Projecto *Vinculum*, coordenado pela Professora Maria de Lurdes Rosa.

### **16h10 - O processo de construção da Casa dos Barbosa de Santarém: um caso de sucesso planeado?**

Pedro Reis (IEM, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

A família dos Barbosa surge em Santarém ainda no século XIII, mas apenas no século XV é que começa a aparecer em documentação régia e a produzir os seus próprios registos. É através destes registos que podemos compreender como as acções de Gonçalo Gil Barbosa, principalmente no Índico, culminaram na construção de uma grande fortuna que, com o seu regresso a Portugal, foi investida em vários sectores que permitem compreender este processo de construção de Casa/Linhagem.

Estes investimentos são referidos e descritos no inventário orfanológico de Gonçalo Gil Barbosa. Através deste, e do cruzamento com outra documentação, compreende-se uma política de aquisição de bens móveis e imóveis com o objectivo de fortalecer a base económica da família, bem como reforçar a sua nova posição na sociedade. Para além destes aspectos, foi a criação de um morgado onde esta característica mais se nota, vinculando parte da sua fortuna. Com a morte precoce de Gonçalo de Gil Barbosa, este vínculo passa para a esposa, Mécia Mendes de Aguiar, que durante bastantes anos age como a cabeça da família e gestora destes bens e vínculo.

Este processo de construção de Casa é também possível de comprovar nas carreiras e percursos dos filhos do casal. O varão, Francisco Barbosa, segue um percurso semelhante ao do pai, sendo escrivão da feitoria da Antuérpia e mais tarde feitor em Lyon e Florença, bem como agente na Cúria papal; o segundo filho, Gil Barbosa e a filha mais velha, Catarina Alcoforado, seguiram a vida eclesiástica; as restantes filhas, Maria de Aguiar, Isabel de Aguiar e Lucrecia Barbosa foram direccionadas para matrimónios importantes para a família.

No entanto, apesar dos planos delineados pelos fundadores, a morte antecipada do varão, a posição eclesiástica do segundo filho e da filha mais velha, significava que o morgado seguiria pela terceira filha do casal, que, através da sua descendência, iria prolongar o morgado até à extinção deste tipo de vínculo, absorvendo no século XVII o morgado fundado por António Vaz Bernardes no século XVI, estabelecendo então como Casa-edifício da linhagem a Quinta de Nossa Senhora de Guadalupe.

**Palavras-chave:** Século XV/XVI; Santarém; Nobreza Portuguesa; Gonçalo Gil Barbosa; Inventário de Bens.

**Notas biográficas:** Pedro Reis realizou a licenciatura em História pela FCSH/NOVA entre 2015-2018. Durante os anos 2018/2019 foi estagiário no Arquivo do Patriarcado de Lisboa, onde inventariava e descrevia documentação. Durante o percurso académico participou em projectos relacionados com inventários documentais do século XIX inseridos no programa ARQFAM. Neste contexto Pedro e o resto da equipa apresentaram várias conferências em Lisboa, Tenerife e Liverpool, o que resultou na co-autoria de dois artigos. É mestre em História, especialidade em História Medieval. Defendeu a sua dissertação na mesma instituição em 2022 intitulada *Depois da Índia. Regresso, morte e posteridade de Gonçalo Gil Barbosa*.

## 8 de março de 2024

### **10h00 – A casa do Moscadim: singularidades de uma casa nobre no Ribatejo**

Tiago Molarinho e Joel Moedas-Miguel (IUL-ISCTE / Dinâmia’CET-IUL; Fundação das Casas de Fronteira e Alorna)

O significado cultural da Casa do Moscadim encontra-se nas artes decorativas e o seu relacionamento com o programa distributivo interior, bem como a representatividade da sua morfologia arquitectónica, edificada no núcleo histórico da Chamusca, em Santarém. A antiga Vila da Chamusca, a propriedade agrícola e “os mais bens pertencentes” ao morgado de Rui Gomes da Silva (1391-1450) 1.º Alcaide-Mor de Campo Maior, integram o património da Casa das Senhoras Rainhas em 1643. No seu conjunto, a gestão do património instituído por D. Luísa de Gusmão (1613-1656), regimentado em 1656, tem uma administração autónoma até 1769, data em que a sua gestão transita para o Erário Régio até à sua extinção em 1833.

Considerando as particularidades da Casa Nobre, como a representação social da família e hábitos sociais, propomos analisar as características arquitetónicas da sua edificação. Esclarecendo o programa distributivo interior pela sua intrínseca relação com as artes decorativas, como a pintura mural presente em toda a casa, rica em quantidade e variedade, onde se destaca a sala de jantar (pintura recentemente descoberta) e a sala Pillement. É sobretudo relevante o programa decorativo azulejar com painéis de padronagem pombalina de repetição uniforme e modular, produzidos na fábrica do rato nas décadas de 60 - 80 do séc. XVIII, e a delicada azulejaria Neoclássica, de gosto bucólico, realizada entre 1780-1800, semelhantes à produção de Francisco de Paula e Oliveira e Francisco Jorge da Costa (Fabrica do Rato). Verdadeiramente excepcionais são os painéis de azulejaria que atribuem à Casa do Moscadim uma singularidade no contexto da Casa Nobre em fin du siècle, com as duas figuras de convite, a feminina e a masculina (muscadin). Produzidas nos últimos anos de setecentos ou nos primeiros de oitocentos, terão também como autor Francisco de Paula e Oliveira que aqui representa o último grito da moda francesa feminina e masculina, típico do período directoire, não se conhecendo exemplares iguais em território nacional. Pretende-se contribuir com novidades sobre a sua arquitectura e as artes decorativas, e o seu significado no programa distributivo interior, na tradição e evolução das casas de nobreza em Portugal.

**Palavras chave:** Casa Nobre, Arquitectura século XVIII, Neoclássico, Muscadin

**Nota biográfica:** Joel Moedas-Miguel é licenciado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas -UNL e pós-graduado em Patrimónios Histórico pela mesma instituição. Fundou a PATRIMONIUM – Gestão e Promoção de Bens Culturais que se tem dedicado, entre outros projectos, ao estudo, musealização, divulgação e abertura ao público de Casas Nobres como o Palácio de Santos – Embaixada de França, Palácio Ficalho em Serpa, e mais recentemente a Casa do Moscadim na Chamusca. Desde 2022 é o Vice-Presidente do Conselho Executivo da Fundação das Casas de Fronteira e Alorna.

Tiago Antunes é doutorando em Arquitectura no Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE. Investiga a morfologia arquitectónica de Casas Nobres edificadas no século XVII, questionando a origem e composição das proporções usadas no desenho do espaço construído, e a sua articulação com o programa de distribuição interior. Mestre em Recuperação Património Arquitectónico pela Universidade de Évora, é licenciado em Artes Decorativas / Design de Interiores, pela Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (ESAD)

### **10h20 – A casa nobre portuguesa em pequenos núcleos urbanos — a caminho de um "estado da arte"**

João Vieira Caldas (CiTUA, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa)

## **10h40 – O sistema territorial de palácios reais no projeto de D. João V para a cidade de Lisboa**

Giuseppina Raggi (Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra)

Esta comunicação visa oferecer uma visão de conjunto sobre o sistema territorial de residências régias que foi projetado durante a estada do arquiteto Filippo Juvarra em Lisboa e que, apesar das diferentes cronologias e sucessivas variações, continuou a ser implementado e vivenciado para além do reinado joanino. Partindo do paralelismo com a *Corona di Delizie* que caracteriza a rede dos palácios reais dentro e ao redor de Turim, mostrar-se-á o processo que levou D. João V, D. Maria Ana de Áustria e a corte portuguesa a escolher e fixar os lugares para a construção ou reconstrução do palácio real da cidade (Ribeira ou Buenos Aires), da quinta real (Belém-Ajuda), do convento-palácio (Mafra) e da residência de caça (Salvaterra de Magos). Serão discutidas as cronologias dos processos construtivos até agora utilizadas pelos estudos críticos e será apresentada a importância da conexão territorial desta nova visão da cidade de Lisboa, elaborada na corte portuguesa em 1719 e comprovada pelas cartas do padre jesuíta Giovanni Battista Carbone escritas em 1726.

Ultrapassando o reinado joanino, a comunicação sublinhará a manutenção deste sistema territorial de residências régias e a mudança de baricentros entre elas promovida por D. José I e D. Mariana Vitória de Bourbon. A introdução de uma nova localização (Queluz) por parte dos príncipes D. Maria (futura D. Maria I) e D. Pedro será lida em função da consolidada movimentação cíclica da corte, enraizada no modelo da corte imperial de Viena desde o reinado de D. João V e D. Maria Ana de Áustria.

Por fim, serão apresentadas algumas considerações em relação à localização e aos projetos para o atual palácio real da Ajuda a partir da comparação com o desenho cenográfico do estuário do Tejo realizado por Filippo Juvarra em 1719.

**Palavras-chave:** D. João V; Lisboa; território; palácios reais; Filippo Juvarra

**Nota biográfica:** Giuseppina Raggi. Doutora em História da Arte pelas Universidade de Lisboa e de Bolonha (2005), é investigadora integrada do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES-UC). Especializada na pintura de *quadratura*, dedicou-se nos últimos anos ao estudo das dinâmicas artísticas e arquitetónicas do reinado de D. João V, com particular enfoque no projeto urbanístico e arquitetónico para a capital portuguesa e no papel das mulheres no campo do teatro operático em Portugal. Em 2021 publicou o livro *O projeto de D. João V. Lisboa ocidental, Mafra e o urbanismo cenográfico de Filippo Juvarra* e co-editou com Luís Soares Carneiro o livro *Filippo Juvarra e Domenico Scarlatti e il ruolo delle donne nella promozione dell'opera in Portogallo*, como resultado de um projeto de investigação financiado em 2019 pela Fundação Calouste Gulbenkian.

## **11h20 - O real paço do Calvário, em Lisboa. Uma casa de mercadores, arquitectos e reis**

Hélia Silva (CML / DMC / DPC / GEO; IHA NOVA FCSH, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

Ao longo de quase trezentos anos, uma casa marcou o caminho entre Lisboa e Belém. Propriedade de um mercador milanês, que nos seus jardins ergueu um espaço notável, a quinta foi integrada na esfera da Casa Real Portuguesa em 1602, devido a dívidas para com a coroa. Ao longo dos séculos, transformou-se em residência de reis, nobres e de uma das famílias de arquitetos mais proeminentes do século XVII.

Em 1605, Filipe II (1578-1621) nomeou o arquiteto Teodósio de Frias I (c.1560-1634) como superintendente das obras e dos jardins da Quinta Real do Calvário, marcando o início da ligação da família Frias a Alcântara, que nela residiram até 1715, data do falecimento do bisneto de Teodósio de Frias.

A casa do mercador evoluiu para a casa dos arquitetos, que a transformaram numa casa para o rei. O Largo do Calvário tornou-se um espaço imponente com o Convento de Nossa Senhora da Quietação (Flamengas) e o Paço, apresentando uma frente urbana meticulosamente desenhada pelos arquitetos Frias.

D. João IV trouxe dinamismo ao Paço, ampliando os terrenos da quinta em cerca de 100 hectares em 1645, ao criar a Real Tapada da Ajuda, um parque de caça murado exclusivo da família real. Entre casamentos, funerais e touradas, o edifício transformou-se ao longo dos séculos XVII e XVIII.

Em 1876, encerrou-se a longa história do Real Paço do Calvário quando foi aprovada a construção de um novo bairro na área do edifício e dos terrenos da quinta. O Paço foi demolido, e entre 1880 e 1884, nos antigos pomares de laranjeiras, ergueu-se um dos bairros mais modernos de Lisboa do final do século XIX. Hoje, a memória desta antiga casa está presente nas cavaliarias do Paço, construídas no século XVIII, delimitando a zona sul do Largo do Calvário.

Esta comunicação tem como objetivo apresentar um dos espaços menos conhecidos das residências reais portuguesas e a sua ligação a uma das mais famosas dinastias de arquitetos régios, os Frias.

**Palavras-chave:** Quinta, Alcântara, Casa Real, Arquitetos, Frias

**Nota biográfica:** Hélia Cristina Tirano Tomás Silva, licenciada em arquitetura pela Universidade Lusíada no ramo de recuperação (1991), Mestre em Arte, Património e Restauro pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2005), doutoranda da Faculdade de Ciências Sociais e Humana da Universidade Nova de Lisboa em História da Arte da Idade Moderna. Técnica superior da Câmara Municipal de Lisboa, trabalha na área da investigação, proteção e divulgação do património edificado. Coordena o Gabinete de Estudos Olisiponenses da Direção Municipal de Cultura.

#### **11h40 – D. Tomás de Almeida e o jardim de Santo Antão do Tojal**

Carlos Xavier Reis

O século XVIII, em Portugal, foi dos momentos históricos mais relevantes, em termos de produção artística, consequência, entre outros fatores, das muitas riquezas que advinham dos territórios brasileiros, onde se destacava o ouro e os diamantes, que permitiram um clima de grande desafogo económico.

Sob o reinado de D. João V, o rei 'Magnânimo', foram muitas as mudanças ocorridas nos mais variados campos da vivência lusa, algo que ficou patente, desde logo, nas artes. Num período de grande opulência, pautado por uma política régia de engrandecimento da pessoa do monarca e do seu reino, encomendando obras várias, da pintura à arquitetura, também os grandes do reino usufruíram desta abundância colossal, mimetizando o soberano.

D. Tomás de Almeida foi um dos nobres que seguiu o exemplo da política joanina. Nascido numa destacada família da aristocracia e tornado figura principal da Igreja portuguesa, D. Tomás teve a sua trajetória eclesiástica marcada pela encomenda de várias obras de arte, sobressaindo o paço de Santo Antão do Tojal e o seu jardim.

Conjugando arte e natureza, fruto da sua erudição, o então primeiro patriarca de Lisboa ergueu uma residência que lhe permitiu espelhar o poder económico e social granjeado, onde os espaços verdes foram cuidadosamente pensados e elaborados, criando-se um local de lazer e deleite para o seu patrono, mas também para os distintos convidados que recebeu, onde se incluía a Família Real.

Nesta comunicação propomo-nos analisar sucintamente a trajetória de D. Tomás, contextualizar a reformulação e o engrandecimento do Palácio de Santo Antão do Tojal e melhor perceber a participação de António Canevari em todo este processo criativo.

Pretendemos também dar a conhecer o que foi possível apurar do jardim que complementava este Palácio Patriarcal, hoje em boa medida desfigurado e desfalcado da sua beleza original, procurando entender a sua composição, o seu papel na vivência do paço e a sua ligação à arte dos jardins da centúria de setecentos. Neste sentido, será dada especial atenção aos elementos decorativos que chegaram aos nossos dias, destacando-se painéis azulejares, tanques, estatuária diversa e dois pombais que relembram a opulência do reinado de D. João V.

**Palavras-chave:** Barroco, Jardim, Casa Nobre, Mecenas, D. Tomás de Almeida

**Nota biográfica:** Licenciado em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2015).

Mestre em Arte e Património pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (2017). Estagiário PEPAL (Programa de Estágios Profissionais na Administração Local) nos Museus de Aveiro (2020-2021). Coorganizador da exposição "Sob o Signo do Tigre", em parceria com o Instituto Confúcio da Universidade de Aveiro (2022).

Coorganizador da exposição "Escultura Chinesa em Pedra", em parceria com o Instituto Confúcio da Universidade de Coimbra (2023).

Autor do livro "A Universidade de Coimbra e seus Estudantes aos Olhos dos Viajantes Estrangeiros (1581-1879): 298 anos de fragmentos literários", publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra (2023).

### **12h00 – A imaterialidade de uma casa nobre de Quinhentos: a quinta do Outeiro na cronologia do palácio nacional de Belém**

Alexandre A. Tojal (IHA, (IHA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa; Museu da Presidência da República)



A Quinta do Outeiro, em Belém, pouco dirá a quem estuda a casa nobre de Quinhentos, principalmente porque a sua materialidade há muito se diluiu em sucessivas campanhas de obras. Já D. Manuel de Portugal, o primeiro dono do actual Palácio de Belém, terá mais ecos: o poeta, filho de poeta, amigo de poetas, o cultor da escrita num período fecundo da literatura portuguesa e espanhola. Os autores que abordam a poesia do século XVI não o omitem, pelo contrário: enaltecem o mérito literário do filho do conde de Vimioso no contexto dos seus pares. Contudo, a casa nobre de Belém surge num surpreendente silêncio nas notas biográficas que contextualizam esta figura da primeira nobreza de Quinhentos.

A historiografia da arquitectura e da arte, sobre o Palácio de Belém, tem produzido discursos diacrónicos que começam com D. Manuel de Portugal e o aforamento de terras aos frades jerónimos, em 1559, mas que têm resultado numa cronologia desequilibrada: um princípio cheio de vazios, muito pouco explorado, engrossando a narrativa à medida que o tempo avança.

Proponho equilibrar a cronologia numa abordagem que traz novas informações sobre a então chamada, em Quinhentos, Quinta do Outeiro (ou tão só, Outeiro), mas, sobretudo, proponho uma abordagem transdisciplinar que cruza a arquitectura doméstica erudita e o seu jardim com os modos de habitar do nobre, poeta, homem de devoção, na procura metodológica da montagem impura – «mostrar [a casa de Belém] através da montagem».

**Palavras-chave:** Belém; D. Manuel de Portugal; Século XVI; Modos de habitar; Arquitectura doméstica

**Nota biográfica:** Doutor em História da Arte pela NOVA FCSH com tese sobre jardins domésticos oitocentistas, os seus estudos e publicações revelam múltiplos interesses, destacando-se as áreas da arquitectura e urbanismo do século XIX. Como técnico superior do Museu da Presidência da República desenvolve funções de investigação, produção de conteúdos científicos, curadoria de exposições.

### **15h30 – Estuques decorativos em palácios da família do marquês de Pombal**

Isabel Mendonça

A decoração das moradas de nobreza com estuques decorativos foi uma prática corrente em Portugal desde meados do século XVIII, associada à vinda para o nosso país do estucador ítalo-suíço Giovanni Maria Theodoro de Grossis, entre nós conhecido como João Grossi. Natural de Bioggio, nas imediações de Lugano, no cantão do Ticino, Grossi pertencia a uma família do *patriziato* local, uma elite abastada que se dedicava a obras de construção, integrando as “companhias” (parcerias) de ticinenses que regularmente migravam para outros países da Europa.

João Grossi contou com a protecção do marquês de Pombal e dos membros da sua família, que participaram nas cerimónias mais importantes da sua vida privada: António de São Paio e Cristóvão Manoel de Vilhena, casados com duas filhas do secretário de Estado, testemunharam o seu casamento; os seus cinco filhos foram

apadrinhados pelo próprio Sebastião José de Carvalho e Melo e por sua mulher, Eleanora Ernestina von Daun; pelos irmãos de Pombal, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Paulo de Carvalho e Mendonça e Maria Madalena de Mendonça; por dois dos seus filhos, Henrique José de Carvalho e Melo e Maria Francisca Xavier de Daun, pela nora Maria Antónia de Menezes, e pelo genro João de Saldanha de Oliveira e Sousa, morgado de Oliveira.

Os estuques decorativos ainda hoje presentes no palácio de Oeiras, da família Pombal, e nos palácios de dois genros do marquês – do conde de São Paio, em Sesimbra, e do morgado de Oliveira, na Anunciada, em Lisboa –, realizados nas décadas de 1760 e 1770, representam o que de mais atual e erudito se executava na decoração das moradas da nobreza de outros estados europeus, onde alguns dos colaboradores de Grossi tinham trabalhado antes de virem para Portugal.

**Nota biográfica:** Doutorada em História da Arte pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Docente da Escola Superior de Artes Decorativas da Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva e diretora da mesma instituição, foi a investigadora responsável pelo projeto "A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (sécs. XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos Interiores", no Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Entre os seus temas de investigação contam-se as artes decorativas portuguesas e as relações artísticas Portugal / Brasil / Itália no séc. XVIII. Tem diversas obras e estudos publicados sobre estas temáticas.

### **15h50 – A casa nobre lisboeta entre o século XVII e meados do século XIX**

Nuno Gonçalo Monteiro (Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa)

### **16h10 – Da arquitectura neoclássica às multi-narrativas pictóricas do palacete dos Marqueses de Pombal às Janelas Verdes**

Sofia Braga e Margarida Elias (IHA, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade NOVA de Lisboa)

A presente comunicação centra-se num dos mais emblemáticos palacetes de Lisboa, o Palacete dos Marqueses de Pombal às Janelas Verdes, cuja origem e evolução não foram ainda objecto de escrutínio pela história da arquitectura palaciana lisboeta. Ao certo, e à luz de documentação recentemente descoberta, o palacete encontrava-se já concluído em 1799, tendo o seu proprietário José António Pereira, negociante da "Praça desta capital", adquirido nesta data uns terrenos adjacentes ao palacete para enobrecimento do "perspecto da rua".

É de anotar que as diversas linguagens arquitectónicas que aqui se expressam, nomeadamente a sua cobertura amansardada ou o frontão triangular da fachada principal, são reveladoras das diversas fases construtivas pelas quais passou, desde a sua fundação na segunda metade do século XVIII (num momento pós-terramoto), até

ao processo final que culminou na sua transformação em um palacete de cariz neoclássico, sob a tutela do negociante José António Pereira.

A par das emanções estéticas, em estreita consonância com o contexto histórico e artístico que as moldou, o Palacete dos Marqueses de Pombal apresenta ao nível dos seus interiores profusos ciclos pictóricos, que acompanharam as suas transformações arquitectónicas. As linguagens plásticas que aqui se observam, desde os temas alegóricos, de influência clássica-arqueológica, às concepções paisagísticas à “maneira” de Jean Pillement, executadas provavelmente na primeira campanha de obras do palácio, encontram-se guindadas aos movimentos oscilatórios do gosto dos encomendadores e das próprias oficinas artísticas, responsáveis por colocar em prática os figurinos mais “à moda”.

Neste sentido, pretendemos analisar as distintas fases construtivas do Palacete dos Marqueses de Pombal, e as suas narrativas pictóricas mais intimistas que, de certo modo, nos auxiliam no entendimento da evolução arquitectónica.

**Palavras-chave:** Palácio dos Marqueses de Pombal, Neoclassicismo, pintura mural, alegoria, paisagismo.

**Nota biográfica:** Sofia Braga, Licenciada em História – Variante de História da Arte (Faculdade de Letras Lisboa, Universidade de Lisboa, 1998); mestre em Arte, Património e Teoria do Restauro (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2012), e doutora em História da Arte (Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2021). A sua área de investigação centra-se no estudo da pintura mural dos espaços palacianos da cidade de Lisboa, das épocas Moderna Tardia e Contemporânea. Investigadora Colaboradora do Grupo Estudos de Lisboa do Instituto de História da Arte, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa / IN2PAST – Laboratório Associado para a Investigação e Inovação em Património, Artes, Sustentabilidade e Território.

Margarida Elias, Licenciada em História – Variante de História da Arte (Universidade NOVA de Lisboa; 1993-1997); mestre em História da Arte Contemporânea (Universidade NOVA de Lisboa, 2002/04); doutora em História da Arte Contemporânea (Universidade NOVA de Lisboa, 2012). Investiga igualmente a História do Mobiliário (projeto Móveis Modernos (FA-UL, 2011-2014)). Exerceu funções de curadoria e coordenadora do catálogo *Animais na Cerâmica Caldense*, Coleção de João Maria Ferreira (Museu da Cerâmica, 2016). Dedicar-se igualmente a estudos de arquitetura palaciana e urbanismo. Desde 2021 é investigadora do projeto *Os Últimos Palácios de Lisboa (1834-1910)*; NOVA FCSH-FCT – 2020.02354.CEECIND). Actualmente, é membro integrado do Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa.

# Congresso “Moradas de Nobreza no Portugal Medieval e Moderno”

7-8 de março de 2024

Palácio Fronteira, Lisboa

## **Organização:**

[Instituto de Estudos Medievais](#) (NOVA FCSH)

Fundação das Casas de Fronteira e Alorna

## **Comissão Organizadora:**

Ana Celeste Glória (IEM – NOVA FCSH)

Miguel Metelo de Seixas (IEM – NOVA FCSH)

Joel Moedas-Miguel (Fundação das Casas de Fronteira e Alorna)

## **Comissão Científica:**

António Filipe Pimentel (FCG)

Hélder Carita (IHA – NOVA FCSH)

Isabel Mendonça (IHA – NOVA FCSH)

João Vieira Caldas (CITUA, IST - UL)

José Augusto de Sotto Mayor Pizarro (CEPESE – UP)

Luísa Trindade (UC)

Luís Filipe Oliveira (IEM – NOVA FCSH)

Maria de Lurdes Rosa (Projecto VINCULUM)

Mário Barroca (CEPESE – UP)

Miguel Gomes Martins (IEM – NOVA FCSH)

Nuno Senos (IHA – NOVA FCSH)

Nuno Gonçalo Monteiro (ICS – UL)



Este evento foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, LP, no âmbito dos Projetos Estratégico [financiamento UIDB/00749/2020 – [DOI: 10.54499/UIDB/00749/2020](https://doi.org/10.54499/UIDB/00749/2020)] e Programático [financiamento UIDP/00749/2020 – [DOI: 10.54499/UIDP/00749/2020](https://doi.org/10.54499/UIDP/00749/2020)] do Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH.